



SEÇÃO TEMÁTICA



**Reivindicação, Direitos e  
Enfrentamento à  
Discriminação:**

Um panorama das lutas institucionais das dissidências sexuais e de gênero no Brasil

Émerson Santos, *Universidade de Pernambuco*

Benedito Medrado, *Universidade Federal de Pernambuco*

---

Resumo. Este trabalho, desenvolvido no formato de ensaio, tem como objetivo produzir uma leitura ampla e situada sobre a produção do conhecimento científico que tem como objeto a institucionalização do Movimento LGBTQ+ na reivindicação de direitos e no enfrentamento da discriminação. O corpus de análise foi constituído a partir de base de dados de revisão bibliográfica produzida para o desenvolvimento de duas pesquisas: uma investigação de doutorado e um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq. O interlocutor prioritário neste texto são pesquisadores/as iniciantes no campo, os quais buscamos alimentar com nuances e outras leituras para as discussões desta agenda de pesquisa nos estudos de gênero e sexualidade no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento LGBTQ+. Gênero. Sexualidade. Movimentos Sociais.

---



## **Introdução**

A produção acadêmica a respeito das dissidências sexuais e de gênero no Brasil se adensou consideravelmente nas primeiras décadas do século XXI. Trabalhos apresentados em congressos acadêmicos e artigos publicados em periódicos científicos com frequência foram organizados no formato de coletâneas que oferecem fartas referências bibliográficas para as novas pesquisas na área, ao mesmo tempo em que ampliaram o leque de objetos e questões de pesquisa. Do mesmo modo, a produção de trabalhos de conclusão de curso de graduação e especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado vêm alimentando um campo em permanente expansão.

Parte considerável dessas produções se dedicou a analisar o que convencionou-se chamar na atualidade de Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e outras identidades dissidentes dos padrões hegemônicos de corpo, gênero e sexualidade (LGBT+). Dentro dessa discussão, esse artigo visa contribuir para dar visibilidade à produção sobre o tema a partir de um amplo panorama sobre a produção de conhecimento das lutas institucionais das dissidências sexuais e de gênero na reivindicação de direitos e no enfrentamento da discriminação no Brasil.

Sem a pretensão de ser exaustivo ou compreensivo, este artigo, apresentado em formato de ensaio, foi elaborado a partir de base de dados bibliográficos produzidas para o desenvolvimento de duas pesquisas: uma investigação de doutorado e um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq<sup>1</sup>. Para produção deste trabalho, fizemos uma seleção de textos (artigos científicos, livros e capítulos de livro acessados em plataformas digitais ou a partir de indicações de pesquisadores/as e ativistas que integram o Movimento LGBT+) que são apresentados, a partir de uma linguagem acessível, com vistas a uma leitura sobre acontecimentos, atores, atrizes, linhas e fluxos que marcam o surgimento e a expansão do Movimento LGBT+ no Brasil, bem como uma breve apreciação sobre a consolidação do Movimento por meio de redes de expressão nacional e de conquistas no âmbito dos poderes executivo e judiciário, em âmbito federal.

---

<sup>1</sup> Tese de doutorado: A bandeira do arco-íris no coração do nordeste brasileiro: repertórios de interação socioestatais do Movimento LGBT em Pernambuco entre 1980 e 2020 (SANTOS, 2022). Projeto de Pesquisa: “Produções culturais em gênero, sexualidade e direito: agenciamentos possíveis em tempos adversos” (MEDRADO, 2020).



## Um passeio por alguns escritos precursores no Brasil

O debate em torno do que convencionou-se nomear no Brasil de “Movimento LGBT+” foi precedido pela discussão sobre a “homossexualidade”, como categoria identitária e como campo de ação política. Os primeiros relatos de relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo no nosso país datam ainda do século XVI quando as primeiras expedições dos invasores portugueses chegaram em nossas terras.<sup>2</sup> Envolvimentos homoeróticas que hoje são apresentadas como experiências de relações homossexuais constam em diversas cartas e diários de padres jesuítas e outros membros do clero católico no período do Brasil Colônia. Tais relatos apontam que o nomeado “*peccatum nefandum*”<sup>3</sup> pela igreja católica, acontecia sem grandes constrangimentos tanto entre indígenas do sexo masculino, quanto do sexo feminino.

São fartas as descrições nesse sentido como se pode observar na clássica obra “Devassos no Paraíso” de autoria do escritor João Silvério Trevisan (2018 [1986]). Tupinambás, Guaicuru-Caduveo, Nambikwara, Xavante, Tapirapé e Kadiwéu são apenas alguns dos muitos povos indígenas onde foram relatadas a existência de relações homoeróticas e, em alguns casos, rupturas com os papéis de gênero associados ao sexo biológico, como os *Kudin*, “homens” do povo Kadiwéu que se comportavam como “mulheres” nas aldeias. Também há informação de algumas mulheres indígenas Tupinambá que cortavam seus cabelos, participavam de batalhas, seguiam os ofícios reservados ao gênero masculino e eram casadas com outras indígenas que desempenhavam o papel de gênero reservado hegemonicamente ao sexo feminino (Trevisan, 2018 [1986]).<sup>4</sup>

De acordo com Trevisan (2018 [1986]), o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss reportou a existência de relacionamentos homossexuais entre primos adolescentes no povo Nambikwara seguindo uma tradição tribal onde um deveria desposar a irmã do outro. Mesmo após adultos e casados, os homens Nambikwara continuavam a ter relações sexuais com seus cunhados. Essas observações feitas por Lévi-Strauss a partir das suas pesquisas no estado do Mato Grosso, em

---

<sup>2</sup> Neste artigo, usamos a nomenclatura utilizada nas obras referidas, ainda que consideramos que as categorias “sexo” e “gênero” tenham sido atualizadas e que, hoje, apresentem compreensões mais complexas do que a simples distinção entre estruturas biologia e produções culturais”.

<sup>3</sup> Pecado Nefando na tradução para a língua portuguesa, significa “o que não pode ser dito” ou “cujo nome não pode ser pronunciado”.

<sup>4</sup> Para mais informações, recomendamos a leitura de FERNANDES, Estevão R. “Existe índio gay?": a colonização das sexualidades indígenas no Brasil. Curitiba: Editora Prismas, 2017. 245p.



1930, se somam a outras dezenas de registros de etnólogos e antropólogos que exploraram o cotidiano dos povos indígenas brasileiros e revelaram a existência de práticas homossexuais<sup>5</sup>.

Envolvimentos homoeróticos também são relatados entre negros africanos escravizados e os homens brancos, sendo difícil distinguir quando se tratava de um estupro ou de desejo de ambos os envolvidos (MOTT, 1992). A própria existência da relação de escravidão torna impossível a visualização das fronteiras entre sexo forçado e desejo/sexo consentido. Homens negros escravizados também mantinham relações sexuais entre si, embora os relatos desses episódios sejam mais escassos, assim como os de envolvimento entre negros e indígenas.<sup>6</sup>

Boa parte dos registros dessas relações são oriundos dos arquivos dos Visitadores do “Tribunal do Santo Ofício” no Brasil, especialmente entre os anos de 1591 e 1620. Analisados pelo antropólogo Luiz Mott no seu artigo intitulado “Relações Raciais entre Homossexuais no Brasil Colonial” (1992). Documentos dos tribunais instalados na Bahia e em Pernambuco entre o final do século XVI e início do século XVII apontam o crime de “sodomia<sup>8</sup>” como o segundo mais recorrente nos processos da “Santa Inquisição”. Mott (1992) evidenciou a antiguidade das práticas homossexuais no país, apesar da forte repressão praticada no período colonial.

---

<sup>5</sup> Uma discussão mais aprofundada a respeito da diversidade sexual e de gênero nos povos indígenas e os impactos do colonialismo sobre elas pode ser apreciada na obra: FERNANDES, Estêvão R. Existe índio gay?: a colonização das sexualidades indígenas no Brasil. 1. ed. Curitiba: Prismas, 2017.

<sup>6</sup> Para maior aprofundamento sobre aspectos, recomendamos a leitura de alguns textos: MOTT, Luiz. *Bahia: inquisição e sociedade*. Salvador: EDUFBA, 2010; LIMA, Milena Ferreira S. “Completos, e consumados”: sodomia e escravidão em Pernambuco na primeira metade do século XVIII. Trabalho de conclusão de curso, Licenciatura Plena em História, Universidade do Estado da Bahia, 2016; GOMES, Fábio da Silva. O Escravo Sodomita na Colônia, Khóra, Revista Transdisciplinar, v. 2, n. 2 (mai. 2015).; VAINFAS, Ronaldo. Moralidades Brasília: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista, in. Laura de Mello e Souza (org.). História da Vida Privada no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 221-274, vol. 1. VAINFAS, Ronaldo. Inquisição como fábricas de hereses: os sodomitas foram exceção? in. VAINFAS, Ronaldo; FLEITER, Bruno & LIMA, Lana L. da Gama (Orgs.). A Inquisição em Xequê: temas, controvérsias, estudos de caso. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006, pp. 267-280.

<sup>7</sup> Instituição eclesiástica de caráter judicial, o Tribunal do Santo Ofício tinha por objetivo “inquirir heresias”, ou seja, buscar informações sobre ideias, teorias ou práticas que não estavam de acordo com a doutrina católica. Em função disso também é conhecido como “Santa Inquisição”, “Tribunal da Inquisição” ou simplesmente “Inquisição”.

<sup>8</sup> O termo “sodomia” possui origem bíblica e originalmente refere-se aos atos praticados na cidade de Sodoma. De acordo com a narrativa bíblica, as cidades de Sodoma e Gomorra foram destruídas em função dos pecados cometidos pelos seus habitantes, sobretudo o pecado do coito anal entre indivíduos do sexo masculino. Até o século XIX com a invenção e emergência da categoria “homossexual” oriunda do discurso médico, era comum a utilização do termo “sodomita” para referir-se a indivíduos que estavam envolvidos em práticas homoeróticas, principalmente homens.



Tamanha era a perseguição imposta pela legislação da época que denunciados pelo crime de sodomia poderiam ser degradados, açoitados, humilhados através da confissão pública do seu “crime” e ter todos os seus bens confiscados e transferidos para os denunciadores<sup>9</sup>. Os praticantes da “sodomia perfeita”, ou seja, “penetração do membro viril desonesto no vaso traseiro com derramamento de semente”, poderiam ser levados à fogueira (MOTT, 1992). Nesse último caso, uma única experiência homoerótica era considerada um crime suficiente para condenar o réu. O medo e o tormento da condenação à fogueira eram tão aterrorizantes que levou alguns a assassinar seus então parceiros como uma forma de apagar as provas da prática considerada criminosa.

Mais que evidenciar a antiguidade das relações entre pessoas do mesmo sexo, essas fontes revelam a força da perseguição e quão longínqua é a violência praticada contra os indivíduos que ousam cruzar, ainda que com o máximo de descrição possível, as fronteiras da heteronormatividade e da heterossexualidade compulsória. Tal violência também é percebida por meio do grande silenciamento dessas questões na ciência durante séculos que só vieram à tona em função das virtuosas pesquisas empreendidas por Mott.

Outro intelectual de destaque nesse debate é Peter Fry. Sua contribuição não se restringe apenas ao esforço de conferir credibilidade ao tema da sexualidade enquanto agenda de pesquisa. Então professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Fry atuou no Grupo Somos. Destaca-se também o pioneirismo de suas pesquisas sobre identidade e cultura homossexual no país. É de sua autoria o ensaio “Da Hierarquia à Igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil”. Nele, o intelectual buscou contribuir para o conhecimento a respeito da sexualidade masculina no contexto brasileiro, deslocando essa discussão do campo da medicina “para colocá-la firmemente no campo da antropologia social” (FRY, 1982, p.87).

Essa preocupação de Peter Fry em levar a investigação das sexualidades para o campo das ciências sociais se dava em virtude de boa parte dos estudos dessa questão estarem situados dentro de subáreas da medicina. Conforme levantamento realizado ao longo dos anos 1980 por Mott (1992), boa parte dos mais de 100 artigos, livros, teses e comunicações encontradas sobre o tema no Brasil, abordavam o

---

<sup>9</sup> Como estratégia de obter informações sobre os pecados cometidos pelos habitantes da época, a Inquisição garantia que os bens dos culpados seriam confiscados e transferidos para os acusadores. Além disso, nos casos em que os acusadores eram um dos envolvidos na relação, o detrator receberia o perdão e pagaria penas mais leves não correndo o risco de ser queimado vivo na fogueira do tribunal.



“problema homossexual” a partir da medicina legal, psiquiatria, psicopatologia e criminologia. Outro elemento importante dentro dessa discussão é a especial atenção das ciências biomédicas no século XIX ao desejo sexual orientado para pessoas do mesmo sexo, conforme formidavelmente desvelado por Foucault (2001).

Antes de refletir a respeito das principais contribuições do ensaio precursor de Peter Fry, cabe aqui abrir um parênteses para dedicar alguns parágrafos para evidenciar os principais discursos que contribuíram para o surgimento da noção de “homossexualidade”, a qual desempenhou um papel importante na “construção” da noção de uma “identidade homossexual” no Brasil, elemento que se tornaria fundamental para o surgimento e consolidação da organização política desses sujeitos na forma de ação coletiva.

Discutindo sobre esta questão, Júlio Simões e Regina Facchini afirmaram que o contemporaneamente nomeado “Movimento LGBT” pode ser considerado um desdobramento de um complexo processo de “reapropriação e reelaboração da noção de ‘homossexual’ estabelecida, primordialmente, no campo das teorias biomédicas do século XIX” (2009, p. 37, grifos do original). Surgidas na Europa, tais teorias “abriram caminho à moderna disciplina da sexologia, articularam a variedade de expressões da sexualidade humana a determinadas condições biológicas e constituições corporais supostamente inatas e imutáveis” (2009, p. 37).

Foi nesse contexto que se iniciou a consolidação da definição de homossexual como um tipo específico de sujeito com constituições físicas e psicológicas singulares, expressa sobretudo pela ideia da “alma de mulher aprisionada num corpo de homem”, ainda tão difundida atualmente pela indecorosa necessidade de atribuir uma “causa” para a homossexualidade, tida nessa perspectiva como um “desvio”.

As classificações biomédicas não se constituíram, porém, sem a influência de sujeitos que atualmente são considerados pioneiros do ativismo pelo respeito à diversidade sexual e de gênero, a exemplo de Karl-Heinrich Ulrichs. Advogado alemão, Ulrichs escreveu mais de uma dezena de volumes sobre o tema, a exemplo dos ensaios “*Forschungen über das Räthsel der mann männlichen Liebe*”<sup>10</sup>. Nesses textos, Ulrichs defendia que a atração e o desejo afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo se tratava de uma questão biológica, classificando esses sujeitos como “Uranistas” e definindo a si mesmo como tal. O termo se refere a

---

<sup>10</sup> Tradução livre: “Pesquisas sobre o Enigma do Amor Entre Homens”.



uma passagem da obra “O Banquete” escrita pelo filósofo grego Platão, onde uma Afrodite, Deusa do Amor, nasceu homem (Urano).

O pioneirismo de Ulrichs fica ainda mais evidenciado quando solicitou, em 1867, que o Congresso de Juristas Alemães apoiasse a eliminação de todas as normas legais que criminalizavam as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo, tornando-se o primeiro homossexual, que se tem registro, a apresentar publicamente uma demanda de cidadania, num espaço político. Hostilizado pelos seus colegas, Ulrichs não abandonou essa que era uma de suas bandeiras prioritárias.

De acordo com Simões e Facchini (2009), o conjunto de escritos de Ulrichs teve grande influência em diversas formulações médicas sobre a homossexualidade que emergiram posteriormente apontando-a como uma “inversão sexual” que seria “decorrente sobretudo de causas biológicas, tais como degeneração hereditária, patologia congênita ou defeitos hormonais” (p. 38). Embora patologizantes, esses discursos foram utilizados muitas vezes para oferecer subsídios científicos na defesa de sujeitos acusados de crimes sexuais perante os tribunais judiciais. Com base neles foi possível afirmar que homossexuais não poderiam responder criminalmente por seguirem o desejo da sua natureza.

Cunhado por Ulrichs, o termo “Uranista/Uraniano” logo caiu em desuso quando o jornalista e escritor austríaco Karl-Maria Kertbeny lançou o termo “homossexual” em publicações realizadas em dois folhetos posicionando-se contra a legislação prussiana que estabelecia punições para o crime de sodomia masculina (SIMÕES e FACCHINI, 2009). A partir de então, “homossexual” se constituiu num termo comum para referir-se a homens e mulheres que mantêm relações sexuais e afetivas com pessoas do mesmo sexo.

Certamente não foi a sexologia com suas afirmações biomédicas que “inventaram” os homossexuais, pois conforme já evidenciado por Trevisan (2018 [1986]), Mott (1992) e Perlongher (2008 [1987]), inúmeros registros apontam para existência de práticas homoeróticas há muitos séculos e especificamente no Brasil, seguramente pelo menos a partir do século XVI, conforme os relatos examinados por estes autores. Todavia, ao tentarem compreender os fenômenos que estavam diante dos seus olhos, dentro dos consultórios médicos, nos bares, cafés, casas de dança e teatros, aqueles profissionais da medicina foram responsáveis por lançar as “bases do que viria a se desenvolver como uma nova identidade sexual e social” (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 39).



Se pode soar como exagero afirmar que a homossexualidade foi “inventada” pelos saberes médicos, talvez não o seja dizer que ela foi discursivamente construída por narrativas oriundas das experiências em consultórios e programas de experimento clínicos. Esses discursos oriundos de esforços de classificação e intervenção biomédicos foram reapropriados pelos primeiros ativistas homossexuais que passaram a utilizá-los como argumentos que confirmavam a necessidade de reformas legais e sociais que reduzissem ou mesmo acabassem com a perseguição a homossexualidade. Do mesmo modo, também é verdade que a influência dos discursos a respeito da naturalização e essencialização da homossexualidade e das identidades sexuais e de gênero também provocaram inúmeros impasses na constituição do Movimento LGBTQ+ enquanto uma forma de ação coletiva, problema que persiste até a atualidade.

Retomando o ensaio de Peter Fry (1982), o texto é tido como uma das principais referências entre os primeiros trabalhos sobre homossexualidade no contexto brasileiro. Nele, o autor buscou investigar “a construção das categorias sociais que dizem respeito à sexualidade masculina no Brasil”. Nessa esteira, descreve três sistemas taxonômicos que na sua compreensão estariam disseminados pelo país de forma distinta em determinadas regiões e classes sociais.

O primeiro desses sistemas, nomeados por Fry (1982) de “modelos”, organizaria as identidades sexuais masculinas com base no estabelecimento de uma hierarquia de gênero ancorada no dualismo masculino/papel de “ativo” *versus* feminino/papel de “passivo” na relação sexual. Ou seja, no “modelo hierárquico”, são considerados masculinos todos os homens que praticam a penetração, não importando se isso ocorre em relações sexuais com mulheres ou outros homens. Já aqueles que são “passivos”, ou seja, que recebem a penetração, são tidos como “bichas” e/ou “veados”, associados ao gênero feminino; as famosas almas femininas aprisionadas em corpos masculinos. A caracterização desse primeiro modelo ocorreu a partir das observações feitas pelo antropólogo no ano de 1974, quando realizou uma etnografia em terreiros de candomblé da periferia de Belém, buscando estudar as relações entre homossexualidade masculina e religiões afro-brasileiras. De acordo com Fry (1982), esse primeiro modelo tido como hierárquico estaria mais presente sobretudo nas periferias do norte-nordeste e nos locais mais afastados dos grandes centros urbanos.

Por sua vez, o segundo modelo, tido como intermediário, nomeado por Fry (1982) de “médico-psicológico” seria a gênese da moderna



identidade homossexual e nele orientação sexual e gênero se desarticularam de maneira progressiva. Assim, todos os homens que mantivessem relações sexuais com outros homens estariam classificados como homossexuais, não importando sua posição de “ativo” ou “passivo”. Embora em um primeiro momento esse modelo preservasse hierarquias de gênero definindo como “homossexuais de verdade” aqueles que desempenham o papel de “passivo”, essa formulação perde espaço para a compreensão da homossexualidade a partir da atração, relação e práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

Derivado das formulações dos já citados Karl Ulrichs e Havelock Ellis, o segundo modelo foi fortalecido pelos escritos de médicos psiquiatras e especialistas na medicina legal brasileira como Pires de Almeida e Viveiros de Castro. Apesar da progressiva separação entre orientação sexual e gênero, o modelo médico-psicológico acaba mantendo uma certa hierarquia com base na oposição entre normalidade e anormalidade/doença, colocando a homossexualidade como uma anomalia/doença resultado de um desvio da heterossexualidade, tida como normal e saudável. Assim, essa compreensão “apenas desloca a homossexualidade do campo do pecado para o controle muito mais totalizante da medicina” (FRY, 1982, p.100).

Por fim, o “modelo igualitário” constituiria uma reação ao “modelo médico-psicológico”, do qual é derivado. Nessa direção, consolida uma separação entre orientação sexual e gênero, mas preserva o dualismo heterossexual *vs.* homossexual. A principal formulação desse modelo diz respeito a contestação do estigma de anormalidade/doença atribuído à homossexualidade, numa tentativa de dotá-la de qualidades positivas e torná-la uma experiência da sexualidade humana tão legítima quanto a heterossexualidade. Para Fry (1982), o “modelo igualitário” estaria presente em centros urbanos mais populosos e foi articulado sobretudo pelos grupos de defesa dos direitos de homossexuais que lutaram expressamente contra o modelo hierárquico e buscaram fortalecer uma compreensão de que todos aqueles que sentem atração afetiva e sexual por pessoas do mesmo sexo são homossexuais, independente da sua posição na “transa”.

O autor sugere uma tendência geral de transição do “modelo hierárquico” para o “igualitário”. Esse processo teria contado, na compreensão de Fry, com forte influência dos primeiros grupos de militância homossexual. Todavia, conforme apontado por James Green (2019 [2000]), há evidências de que no cenário urbano brasileiro do fim do século XIX e início do século XX já circulavam ideais de identidades



homossexuais que não se restringiam as classificações da díade ativo/passivo, ou seja, algumas décadas antes do surgimento dos primeiros grupos políticos que reivindicaram a não discriminação da homossexualidade.

Embora não seja possível afirmar que as concepções sobre a homossexualidade refletidas pelo "modelo igualitário" tenham sido "inventadas" pelo então Movimento Homossexual, é possível afirmar que o surgimento dos primeiros grupos de militância e sua atuação nas últimas décadas do século XX contribuíram em grande medida para difusão dos ideais do "modelo igualitário" numa parcela significativa da comunidade LGBTQ+. Reuniões com representantes do poder público, realização das paradas do orgulho e aparições dos ativistas e de suas narrativas em veículos da imprensa foram fundamentais nesse sentido. O crescimento da visibilidade do Movimento LGBTQ+ no Brasil acompanhou a expansão dos debates públicos sobre as sexualidades e identidades de gênero.

Outra questão importante do ensaio de Peter Fry que deve ser problematizada, conforme refletido por Simões e Facchini (2009), é a insistência no termo "modelo". Tendo em vista que sua proposta reflete valores, compreensões culturais, representações e categorias sociais por meio das quais buscamos tornar comportamentos e identidades facilmente classificáveis. Todavia, os modos de relacionamento e envolvimento afetivo-sexuais nem sempre podem ser facilmente postos em conformidade com esses modelos, sejam eles hierárquicos ou igualitários, conforme ilustrado na rica etnografia realizada por Néstor Perlongher.

Passados mais de trinta anos da publicação da primeira edição do livro "O Negócio do Michê: a prostituição viril em São Paulo"<sup>11</sup>, o estudo ainda é uma referência fundamental para os estudos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil. Em um período onde os debates em torno da "identidade homossexual" no país estavam assentados em "modelos" bem articulados e esquematizados, Perlongher (2008 [1987]) revela como o desejo, sobretudo o desejo "homo orientado", está muito para além de classificações e taxonomias. Tendo entre suas referências teóricas Gilles Deleuze, Felix Guattari e Michel Foucault, "O Negócio do Michê" surpreende pela forma precursora como debate questões inerentes a sexualidade no Brasil.

---

<sup>11</sup> Resultado da etnografia realizada por Perlongher para sua dissertação de mestrado em Antropologia Social na Unicamp, orientada por Peter Fry e Marisa Corrêa, a obra publicada pela primeira vez em 1987 se destaca pela qualidade dos registros de campo e análises realizadas pelo autor.



A sintonia das análises de Perlongher, realizadas em meados dos anos 1980, com a Teoria Queer e os estudos sobre sexualidade e desejo surpreendem também pela qualidade e coerência entre suas perspectivas teóricas e inovações metodológicas. Ilustrando a riqueza das estratégias metodológicas e capacidade inovadora do objeto de pesquisa desse importante estudo etnográfico, Richard Miskolci e Larissa Pelúcio no prefácio da mais recente edição de “O Negócio do Michê”, afirmam que “Perlongher escolheu a prostituição viril como objeto de investigação, de forma que o mercado do sexo se revela o pretexto para discussão do seu verdadeiro negócio: o segredo, o desejo socialmente proscrito, enfim, a homossexualidade” (2008, p. 10).

Vale ressaltar que estas não são as únicas obras que se dedicaram a uma discussão aprofundada sobre a “categoria homossexual”, na literatura brasileira em Ciências Humanas e Sociais.<sup>12</sup> Porém, ainda hoje se configuram como atuais e continuam influenciando o pensamento contemporâneo sobre orientação sexual, dada sua relevância aos estudos em gênero e sexualidade e aos movimentos sociais no campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

Assim, além das contribuições dos autores aqui referidos para o debate em torno da homossexualidade, o surgimento do Movimento LGBTQ+ no Brasil também foi influenciado pelas lutas das mulheres no Movimento Feminista. As experiências de organização política para enfrentar as desigualdades de gênero inspirou algumas das primeiras tentativas de articulação do então Movimento Homossexual. Além disso, as denúncias empreendidas pela teoria feminista também contribuíram para ampliar o debate em torno do enfrentamento das assimetrias de gênero e sexualidade.

Paralelamente a publicação desses estudos, os anos 1980 foram palco para o surgimento de diversos Grupos organizados de militância homossexual. Na região nordeste se destacaram *Grupo de Atuação*

---

<sup>12</sup> Sugerimos a leitura de textos tais como: ZAMBONI, Jesio. A bicha na emergência da homossexualidade cultural: peter fry e o que o inglês não viu. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, p. e178463, 2018; SIMÕES, Júlio A.; CARRARA, Sérgio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. *Cadernos Pagu*, n. 42, p. 75–98, jan. 2014; COSTA, R. da S. M. da. Homossexualidade: um conceito preso ao tempo. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [S. l.], v. 1, n. 01, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2255>. Acesso em: 25 out. 2024. MECCIA, Ernesto. *Los últimos homosexuales. Sociología de la homosexualidad y la gaycidad*. Buenos Aires, Gran Aldea Editores, 2011.; PARKER, Richard G. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Editora Best Seller, 1991 [1988].



*Homossexual (GATHO)* de Olinda-Pernambuco; *Grupo Gay da Bahia (GGB)* de Salvador-Bahia; *Nós Também* de João Pessoa-Paraíba; e *DIALOGAY* de Aracaju-Sergipe. Também se destacaram o *Beijo-Livre* na região Centro-Oeste e Grupos do Sudeste, como o *Somos* de São Paulo e *Triângulo Rosa* do Rio de Janeiro.

### **Debates em torno do Movimento LGBT+**

Ao longo desses mais 40 anos de trajetória do Movimento LGBT+ no Brasil, um conjunto bastante diversificado de estudos já foram desenvolvidos. Apesar disso, não há consenso teórico a respeito de qual seria a definição mais adequada para essa forma de ação coletiva. As obras de autoria de Simões e Facchini (2009) e Colling (2015) oferecem um conjunto de informações a partir das quais é possível compreender que o Movimento LGBT+ se constituiu como um movimento diversificado e plural, formado por uma variedade de sujeitos que atuam com o objetivo de promover a cidadania, demandando a efetivação e ampliação de direitos. Os militantes do Movimento objetivam ainda realizar modificações no campo da cultura, com vistas a superação das violências motivadas por intolerância, discriminação e ódio praticadas contra aqueles que não atendem os padrões hegemônicos de gênero e sexualidade.

De acordo com Facchini (2005), a trajetória do Movimento LGBT+ no país pode ser classificada em três “ondas”. A “primeira onda” (1978-1983) é marcada pelo surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro, no contexto da ditadura civil-militar. Outras marcas da primeira onda são criação, em 1980, da primeira organização não-governamental homossexual registrada no Brasil, o GGB, ainda em funcionamento; forte caráter antiautoritário; concentração da maioria dos Grupos no eixo Rio de Janeiro-São Paulo; e a reivindicação de agendas presentes até hoje a exemplo da luta contra discriminação, defesa de tratamento digno pela mídia e educação sexual nas escolas.

Por sua vez, a “segunda onda” (1984-1991) apresenta como características a redução do número de Grupos; deslocamento da distribuição geográfica de Grupos do movimento para o eixo Rio de Janeiro-Nordeste; a chegada da epidemia do HIV/Aids no Brasil, contribuindo para o aumento do preconceito contra os/as homossexuais e desmobilizando as propostas de liberação sexual surgidas na primeira onda do movimento; desenvolvimento de uma atuação mais pragmática, com foco na garantia de direitos civis e no enfrentamento a violência;



menor resistência a institucionalização; e valorização da construção de relações com o Movimento LGBT de outros países, especialmente com os do continente Europeu e com os Estados Unidos (FACCHINI, 2005; SIMÕES e FACCHINI, 2009).

A “terceira onda” do Movimento LGBT+ discutida por Facchini (2005) compreende o período de 1992-2005 e foi palco de mudanças significativas. Nesse período, ampliam-se as relações o Estado, por meio de reivindicação de políticas públicas e legislações específicas, e com o Mercado através da realização de eventos, muitos deles de grande porte, como as Paradas do Orgulho. Outras características da “terceira onda” (FACCHINI, 2003; FACCHINI, 2005) são a ampliação do número de Grupos; realização de vários encontros nacionais do movimento; a fundação da ABGLT em 1995; diversificação da distribuição geográfica dos Grupos para todas as regiões do país e em cidades de médio e até pequeno porte; maior organização de lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, demandando mais espaço nas pautas do movimento em confronto direto com os gays; ampliação das pesquisas sobre sexualidade nas universidades brasileiras; e a criação do *Programa Brasil Sem Homofobia*, considerada a primeira política pública de caráter intersetorial para a população LGBT no Brasil.

Embora importante, a classificação proposta por Facchini (2005) tem sido alvo de críticas. A principal delas ocorre em torno da generalização realizada pela autora. Com a ampliação de pesquisas que tratam de experiências de organização política das dissidências sexuais e de gênero em localidades para além do eixo São Paulo-Rio de Janeiro, novas compreensões têm emergido, desafiando algumas das afirmações delineadas pelas três ondas.

Abraçando a perspectiva teórica dos Estudos *Queer*, Leandro Colling, por sua vez, conduziu uma pesquisa de pós-doutorado a respeito das lutas das “dissidências sexuais e de gêneros” em cinco países da ibero-américa: Equador, Chile, Argentina, Espanha e Portugal. O estudo resultou na publicação do livro “Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo *queer*” (2015). Como o próprio título já anuncia, o trabalho discute os embates entre essas duas formas de militância nos países onde a pesquisa foi realizada, com exceção dos materiais coletados no Equador que ficaram de fora da publicação do livro.

Na compreensão de Colling (2015), o Movimento “*mainstream*” ou “institucionalizado” compreenderia as organizações que possuem sede própria, vários anos de existência, registro legal e estrutura



administrativa hierarquizada. Além disso, também seriam reconhecidos pelo Estado como os interlocutores da sociedade civil para construção de políticas públicas de promoção da cidadania e outras ações governamentais/estatais de fortalecimento do respeito às sexualidades e gêneros dissidentes. Já os ativismos Queer, seriam aqueles não normatizados, com práticas autogestionárias, valorização da horizontalidade na tomada de decisões por meio de assembleias e da recusa aos processos de cristalização de lideranças. Tais ativismos também apresentariam formas alternativas para apresentação de demandas, rejeitariam noções heteronormativas para angariar a desejável respeitabilidade e manteriam uma posição mais crítica ao Estado, tendendo a concentrar seus espaços na busca por transformações culturais mais amplas que a conquista de direitos através de legislações.

A obra escrita por Colling (2015) apresenta uma contribuição relevante, na medida em que revela as diferentes estratégias que têm sido utilizadas por distintos sujeitos para o enfrentamento das desigualdades instituídas pela heteronormatividade. Além disso, ao deslocar os olhares das experiências de militância nos Estados Unidos, o estudo também contribui para ampliar a discussão levando em conta realidades nacionais muitas vezes desconsideradas neste debate. Todavia, como já apontaram Santos, Feitosa e Vieira (2017), a classificação elaborada pelo autor pareceu não levar em conta a possibilidade de existência simultânea das duas concepções políticas nas militâncias que atuam no vasto campo do Movimento/Ativismo Queer. Tais classificações também podem ser perigosas e contribuir para instituir disputas, hierarquias e polarizações – “Movimento x Ativismos Queer” –, que não contribuem para superação ordem sexual e de gênero discriminatória.

Mudanças ocorridas nos últimos anos no contexto social brasileiro como a ampliação das universidades, a criação de inúmeros grupos de pesquisa sobre sexualidade e gênero e o acesso de jovens ativistas às perspectivas teóricas Queer também resultaram em transformações na militância, até mesmo nas organizações consideradas “*mainstream*”. De igual modo, acontecimentos no cenário político como o *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff, o fortalecimento de agendas conservadoras no Governo Michel Temer e a eleição de Jair Bolsonaro, um ex-parlamentar declaradamente homofóbico, para Presidência da República, também provocaram consideráveis mudanças nos modos de atuação das lutas por direitos sexuais e de gênero no Brasil.



Nesse cenário, quais experiências podem ser situadas unicamente enquanto Movimento ou ativismos Queer? Será que essas perspectivas estão entrelaçadas e coexistem nas experiências brasileiras de militância das “dissidências sexuais e de gênero”? Apostar em classificações e separações rígidas pode ser arriscado em demasia. O principal risco, talvez, seja não localizar na realidade empírica brasileira uma separação tão evidente. Um indício disso pode ser constatado ao observar a grande pluralidade existente em eventos como as Paradas do Orgulho que reúnem ativistas que se engajam na apresentação de demandas para cobrar e tensionar o Estado, ao mesmo tempo que congrega performances artísticas nada convencionais, algumas delas fortemente disruptivas. Se tal divisão poderia ser mais facilmente observada na segunda metade do século XX, quando há o surgimento das perspectivas teóricas e políticas Queer, contemporaneamente essas separações não parecem tão simples de serem efetuadas.

Isso porque o Movimento LGBTQ+ no Brasil tem se mostrado cada vez mais complexo. Desde o surgimento da ABGLT em 1995, primeira organização de abrangência nacional nesse campo, até o ano de 2020, foram fundadas mais de vinte (20) organizações dessa natureza. A criação excessiva dessas redes acabou sendo incentivada pela possibilidade de ocupação de espaços políticos, a exemplo de comissões, conselhos e grupos de trabalho na estrutura de governos municipais, estaduais e federal para apresentação de demandas específicas de cada um dos sujeitos políticos do Movimento.

Quadro 1 - Organizações de expressão nacional com atuação no Movimento LGBTQ (2022)

Nome	Sigla	Fundação
Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos	ABGLT	1995
Associação Nacional de Travestis e Transexuais	ANTRA	2000
Liga Brasileira de Lésbicas	LBL	2003
Articulação Brasileira de Lésbicas	ABL	2004
Rede Nacional de Negras e Negros LGBTQ	Rede Afro LGBTQ	2005
Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura <sup>13</sup>	ABETH	2006
Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas Autônomas	CANDACES	2007

<sup>13</sup> Fundada denominação (alterada em 2022) de “Associação Brasileira de Estudos da Homocultura”.



Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil	Rede Trans	2009
Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI+	RENOSP-LGBTI+	2010
Articulação Brasileira de Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais <sup>14</sup>	ArtJovem LGBT	2011
Articulação Brasileira de Gays	ARTGAY	2011
Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras para Promoção em Saúde e Controle Social de Políticas Públicas	Rede Sapatá	2013
Instituto Brasileiro de Transmasculinidades	IBRAT	2013
Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas	ABRAFH	2015
União Nacional LGBT	UNA LGBT	2015
Aliança Nacional LGBTI	---	2016 <sup>15</sup>
Rede Nacional de Adolescentes LGBT	---	2016
Mães Pela Diversidade	---	2016
Associação Brasileira pela Saúde Integral de Pessoas Trans, Travestis e Intersexo	ABRASITTI	2017
Associação Brasileira de Intersexos	ABRAI	2018
Rede Gay do Brasil	Rede GAY	2018
Rede de Pesquisadoras e Ativistas Lésbicas e Bissexuais do Brasil	Rede LesBi Brasil	2019
Frente Bissexual Brasileira	FBB	2020

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além das organizações específicas elencadas acima na Quadro 1, também foram estruturados Grupos que discutem questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero em entidades da sociedade civil das mais diversas áreas. Exemplo disso é a Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a instituição de comissões semelhantes em outras entidades de classe como o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal de Serviço

<sup>14</sup> Fundada sob o nome Articulação Brasileira de Jovens Gays, alterado em 2018 para sua denominação atual.

<sup>15</sup> Teve seu registro formal em 2003, passando a atuar como uma rede em 30 de maio de 2009, inicialmente na forma de uma lista de discussão na internet. Em 2016, passou a atuar de forma estruturada em todas as regiões do país.



Social (CFESS). Organismos de militância LGBT também foram criados em federações sindicais, tais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Até os movimentos sociais mais sintonizados com a perspectiva da “luta de classes” aderiram a essa agenda. Um exemplo significativo desse processo é o surgimento do Coletivo LGBT do Movimento Sem Terra (MST) no ano de 2015.

Muitas das organizações nacionais com atuação no Movimento LGBT+ surgiram nos diversos Encontros realizados para reunir militantes e grupos de todas as regiões do país. Iniciando com a denominação de Encontro Brasileiro de Homossexuais ainda em 1980, passando a ser chamado de Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT) no ano de 1997, esses eventos reuniram dezenas de Grupos cujo ativismo destinava-se ao combate do preconceito e da violência LGBTfóbica juntamente com algumas ONGs que concentravam sua atuação no enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS. Tais encontros passaram a contar com financiamento estatal e se transformaram no principal fórum de construção de estratégias de caráter nacional e de deliberações do Movimento LGBT+.

Quadro 2 - Encontros Nacionais do Movimento LGBT+ Brasileiro (1980-2008)

Ano	Encontro	Local
1980	I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)	São Paulo-SP
1984	II Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)	Salvador-BA
1989	III Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)	Rio de Janeiro-RJ
1990	IV Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)	Aracaju-SE
1991	V Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)	Recife-PE
1992	VI Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)	Rio de Janeiro-RJ
1993	VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais (EBLHO)	Cajamar-SP
1995	VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL)	Curitiba-PR
1997	IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT)	São Paulo-SP
2001	X Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT)	Maceió-AL
2003	XI Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT)	Manaus-AM
2005	XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT)	Brasília-DF



2008	XIII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis <sup>16</sup> (EBGLT)	Porto Alegre-RS
------	------------------------------------------------------------------------------	-----------------

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Facchini (2005) e Reis (2018).

As alterações no nome dos encontros revelam os tensionamentos ocorridos no período. Ativistas lésbicas passaram a exigir mais espaço no Movimento, apontando recorrentes atitudes machistas de alguns grupos formados exclusivamente por gays. Estes, por sua vez, argumentavam que o termo “homossexualidade” dizia respeito tanto a identidade gay como a identidade lésbica, sendo assim, portanto, já era suficiente para dar a visibilidade pleiteada pelas mulheres. Noutro lado, travestis denunciavam a dupla exclusão que vivenciavam dentro do Movimento, sofrendo com o machismo de algumas lideranças gays e com a transfobia de algumas lideranças lésbicas que não as aceitavam nos espaços destinados as mulheres.

Desse processo, pelo menos dois desfechos são bastante significativos. Primeiro, conforme apontam Simões e Facchini (2009), há uma forte segmentação do Movimento que passa a contar com a participação de segmentos bem definidos, com demandas específicas e delimitadas. Segundo, também há o fortalecimento e consolidação das identidades lésbicas, travestis e transexuais no interior do Movimento LGBT, contribuindo para maior visibilidade de suas pautas e para o surgimento de novas lideranças.

A visibilidade conquistada por lésbicas, travestis e transexuais também é resultado do processo de maior organização dessas ativistas. Apesar das dificuldades enfrentadas, cada qual com suas particularidades, conseguiram inserir suas demandas na agenda do então Movimento Homossexual, provocando transformações e deslocamentos que estão para além das alterações na nomenclatura de encontros e Grupos. Organizando seus próprios fóruns de discussão, como os Seminários Nacionais de Lésbicas (SENALE)<sup>17</sup> e os Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais que atuam na Luta contra a AIDS

<sup>16</sup> Em função da realização da 1ª Conferência Nacional destinada ao debate sobre direitos humanos LGBT, em 2008, os participantes do XIII EBGLT deliberaram pelo não realização de novos encontros, por entender que outras Conferências LGBT seriam convocadas e realizadas pelo poder público com certa regularidade. Outro fator que pesou para o encerramento dos EBGLTs foi a constatação da existência de muitas organizações de caráter nacional no movimento, ficando cada um responsável por realizar seus encontros.

<sup>17</sup> A primeira edição do SENALE teve lugar no Rio de Janeiro-RJ e foi realizada no dia 29 de agosto de 1996, data em que hoje é celebrado o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. As participantes da VIII edição do evento, realizada em Porto Alegre-RS, decidiram renomeá-lo para Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (SENALESBI), nome que segue sendo usado até então.



(ENTLAIDS)<sup>18</sup>, as mulheres alcançaram êxito no fortalecimento de suas identidades, criaram redes de militância e obtiveram sucesso na organização coletiva de suas demandas.

Se por um lado essa segmentação expõe o problema da fragmentação, por outro, reflete um avanço significativo dos debates a respeito das desigualdades motivadas por diferenças sexuais e de gênero na sociedade. A existência de um número considerável de Grupos, comissões, redes e associações indica que as demandas do Movimento LGBT+ estão sendo, cada vez mais, incorporadas nas mais diversas organizações da sociedade civil, também sendo um elemento importante que aponta um processo de consolidação dessa agenda de reivindicação de direitos. Conforme apresentado no quadro a seguir, a atuação da militância vem se refletindo na criação de políticas públicas de promoção da cidadania e de enfrentamento da discriminação.

Quadro 3 - Principais Conquistas do Movimento LGBT+ no Governo Federal (2004-2018)

Nome	Ano
Programa Brasil Sem Homofobia	2004
1º Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos GLBT <sup>19</sup>	2008
Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT	2009
Coordenação Geral de Promoção dos Direitos Humanos LGBT <sup>20</sup>	2009
Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT (CNCD/LGBT)	2010
2º Conferência Nacional de Políticas de Direitos Humanos LGBT	2011
Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT	2011
Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBT	2013
3º Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos LGBT	2016
Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência LGBTfóbica	2018

<sup>18</sup> A primeira edição do ENTLAIDS foi realizada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, em 1993. O encontro foi organizado pela Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) e contou com a participação de cerca de 40 pessoas. Para mais informações a respeito dos primeiros passos da organização política de travestis e transexuais no Brasil, ver “Movimento Político Social da População T no Brasil” (SILVA, 2018).

<sup>19</sup> “GLBT” era a sigla utilizada à época, alterada para “LGBT” por deliberação dos delegados que participaram da Conferência.

<sup>20</sup> Com algumas alterações na estrutura do Governo Federal promovida pelo então Presidente Michel Temer, a coordenação foi transformada em Diretoria no ano de 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Feitosa (2016).

Além da proximidade com o Poder Executivo, a militância também atuou junto ao Poder Judiciário. Centenas de decisões judiciais favoráveis aos pleitos apresentados já foram concedidas nos Tribunais de Justiça dos estados e Tribunais Regionais Federais, bem como nas cortes superiores como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e no Supremo Tribunal Federal (STF).

Quadro 4 - Síntese das Principais Conquistas do Movimento LGBT nas cortes Superiores do Poder Judiciário

Processo	Resultado	Instância	Ano
ADPF 132 ADI 4277	Casamento Civil entre pessoas do mesmo sexo através da Resolução 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	STF	2011
ADI 4275	Alteração do prenome e gênero em registro civil por pessoas transgênero (travestis, mulheres transexuais e homens trans) nos cartórios de registro civil sem a necessidade de cirurgia de redesignação sexual, laudo médico/psicológico ou ação judicial	STF	2018
Consulta Nº 0604054-58.2017.6.00 .0000 de autoria da Senadora Fátima Bezerra	As cotas de candidatos dos partidos políticos são de gênero, e não de sexo biológico. Pessoas transgênero adquiriram o direito de registrar sua candidatura conforme o gênero que se identificam, desconsiderando o sexo biológico.	TSE	2018
ADO 26 MI 4773	Homofobia e da transfobia foram enquadradas como crime de tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989) até que o Congresso Nacional edite lei sobre a matéria.	STF	2019
ADI 5543	Declarou a inconstitucionalidade de dispositivos da Portaria 158/2016 do Ministério da Saúde e da Resolução RDC 34/2014 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que excluía do rol de habilitados para doação de sangue homens que tiveram relações sexuais com outros homens e/ou as parceiras sexuais destes nos 12 meses antecedentes.	STF	2020
AREsp 1.552.655	Reconheceu o direito da aposentadoria integral a militar Maria Luiza da Silva, considerada como primeira transexual dos quadros da Força Aérea Brasileira, declarando nulo o ato administrativo que a impediu de progressão na carreira baseado na realização da cirurgia de transgenitalização.	STJ	2020



ADPF 460	Declarou a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei 6.496/2015 do Município de Cascavel (PR) que vedavam a adoção de políticas de ensino que se referissem a “ideologia de gênero”, “gênero” ou “orientação de gênero”.	STF	2020
----------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----	------

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além das decisões favoráveis proferidas pelos tribunais superiores sintetizadas na Quadro 4, outras dezenas de direitos foram conquistados na primeira e segunda instância do Poder Judiciário. Ao longo dos últimos anos os direitos a herança, pensão por morte, inclusão do cônjuge no plano de saúde e adoção passaram a ser uma realidade para casais homossexuais. Também foi através do judiciário que travestis, mulheres transexuais e homens trans adquiram o direito de ter as despesas com intervenções corporais, como a cirurgia de mastectomia, custeadas pelos convênios de saúde.

Contudo, nem tudo são flores. Os avanços conquistados em termos de políticas públicas e de jurisprudências também expressam a dificuldade que o Movimento teve em inserir suas agendas no Poder Legislativo. A partir da década de 1990, diversos projetos de lei foram apresentados no Congresso Nacional com vistas a autorizar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, fixar punição específica para os crimes motivados por LGBTfobia, reconhecer famílias homotransafetivas e estabelecer o direito à identidade de gênero etc. Entretanto, mesmo com a eleição de parlamentares LGBT e seu forte engajamento na defesa das propostas, nenhuma delas foi aprovada ou conseguiu avançar satisfatoriamente nas casas legislativas.

As dificuldades de interlocução com o Estado antes mais restritas ao parlamento começaram a ficar mais presentes no Governo Federal com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016. O afastamento da Presidenta, considerado ilegal por setores expressivos do Movimento LGBT, elevou o então vice-presidente Michel Temer ao principal posto do Poder Executivo Federal, a Presidência da República. Seu governo contou com um apoio significativo dos principais grupos de oposição a cidadania LGBT no Congresso Nacional e iniciou um processo de sucessivos encolhimentos das chamadas políticas públicas de direitos humanos.

Com a chegada de Jair Bolsonaro na Presidência da República, esse processo se acentuou ainda mais. Afirmando que seu Governo se insere no espectro ideológico da direita, o Presidente Bolsonaro emitiu



atos normativos nos primeiros meses de sua gestão que extinguiram importantes setores de implementação e elaboração das políticas públicas LGBT na burocracia federal como a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC). O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT (CNCD/LGBT) também foi extinto pelo novo governo, impactando fortemente na articulação do Movimento LGBT com a burocracia federal.

Esse cenário de barreiras no campo institucional estimulou uma reconexão da militância com outros modos de fazer ativismo através do fortalecimento dos laços com organismos e redes internacionais, consolidação dos vínculos com outros movimentos sociais e rearticulação com o Mercado para realização de grandes eventos como as Paradas do Orgulho por todo país.

Um esforço nesse sentido foi a criação, em 2020, do Conselho Nacional Popular LGBTI+<sup>21</sup>, uma espécie de fórum que passou a congrega organizações da sociedade civil com atuação no enfrentamento à discriminação. Reunindo tradicionais instituições que atuam na organização política das dissidências sexuais e de gênero como a ABGLT, ANTRA e ABL, o Conselho também foi composto pela OAB, UNE, MST, CNTE e CUT. Em 2022, um total de vinte e quatro organizações da sociedade civil faziam parte deste fórum de articulação para o enfrentamento da LGBTfobia no Brasil.

A posse de Lula para seu terceiro mandato à frente da Presidência da República em primeiro de janeiro de 2023 inaugura um novo período para o Movimento LGBT+. Sob o comando do Ministério dos Direitos Humanos, foi criada a Secretaria Nacional das Pessoas LGBT+ tendo como principal missão o enfrentamento do preconceito e da discriminação. Nos cabe, a partir daqui observar o desenvolvimento das ações deste departamento de políticas públicas e avaliar, em um futuro breve, sua efetividade.

### **Considerações Finais**

Sem qualquer pretensão de apresentar sínteses ou apreciações conclusivas sobre as reflexões compartilhadas neste ensaio, enfatizamos alguns aspectos que consideramos relevantes nessa trajetória de mais de 40 anos do Movimento LGBT+ no Brasil. Uma trajetória que figura um

---

<sup>21</sup> <https://conselhpopulargbti.blogspot.com/>



processo complexo de construção de luta pela cidadania e enfrentamento de desigualdades.

Assim, esse ensaio sobre a trajetória das lutas institucionais do Movimento LGBT+ no Brasil ao longo das páginas anteriores visa contribuir com um campo de estudos em constante desenvolvimento. Aqui, buscamos oferecer uma leitura inicial para pesquisadores/as iniciantes no campo, como também apontar nuances e outras leituras para as discussões desta agenda de pesquisa nos estudos de gênero e sexualidade, na interface entre cultura e política.

A segmentação e fragmentação do movimento, como discutido, permitiram o avanço e a visibilidade de demandas específicas de lésbicas, travestis e transexuais, mas trouxeram também desafios de coesão. Esse panorama complexo expressa, de um lado, um fortalecimento das pautas e uma integração cada vez maior do movimento à sociedade civil e aos poderes públicos, mas, de outro, uma tensão interna que pode comprometer a sua unidade e o potencial de transformação cultural, ao mesmo tempo que favorece uma constante atualização e resistência à institucionalização, mantendo-se sem em movimento.

O caminhar institucional das lutas travadas em defesa das dissidências sexuais e de gênero, por respeito e cidadania no Brasil, está longe de ser um processo linear e progressivo.

Apesar das barreiras, percalços e dificuldades impostas por uma matriz cisheteronormativa que limita modos de existência e oprime expressões de gênero e sexualidade, nosso panorama evidencia resistências construídas ao longo de séculos.

Em face desse cenário, algumas sugestões para o futuro do movimento incluem: (1) promover um diálogo contínuo entre as diferentes posições no/do movimento, respeitando as especificidades de cada grupo, mas construindo uma pauta comum que maximize a força política coletiva; (2) fortalecer a formação política interna, especialmente em relação ao ativismo em torno das identidades de gênero e ao papel do movimento dentro de projeto democrático de sociedade; (3) articular ações em âmbito local e internacional, fortalecendo alianças que possam resistir a retrocessos institucionais; e (4) ampliar os canais de comunicação com a sociedade, com a finalidade de desconstruir preconceitos e promover uma cultura de respeito e inclusão.

A atuação do Movimento LGBT+ no Brasil nessas últimas quatro décadas nos apresenta para um horizonte de esperança para construção de relações sociais fundadas no respeito, na igualdade e na diversidade,



fazendo-nos crer que outro mundo é possível, num movimento semelhante aquele ao qual nos convida Galeano, citando Fernando Birri em “As palavras andantes”: “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”.

Alimentar utopias pode contribuir para que o Movimento LGBT+ no Brasil se mantenha dinâmico e adaptável, mas sem perder de vista o foco na construção de uma sociedade mais igualitária e justa para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

## **Referências**

COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: Tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, v. 4, n. 1, p. 115-137, 2016.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FRY, Peter. Da Hierarquia à Igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: *Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982. cap. 4, p. 87-115.

GALEANO, Eduardo. *As palavras andantes*. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM Editores, 2004. GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Unesp, 2019 [2000].



MEDRADO, Benedito. *Produções culturais em gênero, sexualidade e direito: agenciamentos possíveis em tempos adversos*. 2020. 23 f. Projeto de pesquisa – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

MOTT, Luiz. Relações raciais entre homossexuais no Brasil colonial. *Revista de Antropologia*, v. 35, p. 169-189, 1992.

PERLONGHER, Néstor. *O Negócio do Michê: A prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008 [1987].

REIS, Toni. OS EBGLTs. In: CAETANO, Márcio; RODRIGUES Alexandro; NASCIMENTO, Cláudio; GOULART, Treyce Ellen (Orgs.). *Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018)*. Rio Grande: FURG, 2018. cap. 14, p. 83-91.

SANTOS, Émerson Silva et al. *A bandeira do arco-íris no coração do nordeste brasileiro: repertórios de interação socioestatais do movimento LGBT em Pernambuco entre 1980 e 2020*. 2022. 223f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

SANTOS, Émerson; FEITOSA, Cleyton; VIEIRA, Rafael. Concepções Políticas do Coletivo Lutas e Cores: Movimento LGBT ou Ativismos Queer?. In: CARNEIRO, Jussara Costa (org.). *Com a diferença tecer a resistência: 3º seminário desfazendo gênero*. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2017.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018 [1986].



## Reclamación de derechos y enfrentamiento a la discriminación: Un panorama de las luchas institucionales de las disidencias sexuales y de género en Brasil

**RESUMEN:** Este trabajo, desarrollado en formato de ensayo, tiene como objetivo producir una lectura amplia y situada sobre la producción del conocimiento científico que tiene como objeto la institucionalización del Movimiento LGBT+ en la reivindicación de derechos y en la confrontación de la discriminación. El corpus de análisis se construyó a partir de una base de datos de revisión bibliográfica producida para el desarrollo de dos investigaciones: una investigación de doctorado y un proyecto de investigación financiado por el CNPq. El interlocutor prioritario en este texto son investigadores/as principiantes en el campo, a quienes buscamos proveer con matices y otras lecturas para las discusiones de esta agenda de investigación en los estudios de género y sexualidad en Brasil.

**PALABRAS CLAVE:** Movimiento LGBT+. Género. Sexualidad. Movimientos Sociales.

**Émerson Santos**

*Doutor em Ciências Sociais pela UFCG (2022), docente da educação básica e do ensino superior, e colaborador do Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (Gema/UFPE).*

**Benedito Medrado**

*Doutor em psicologia social pela PUCSP (2002), docente dos cursos de Graduação e Pós-graduação em Psicologia da UFPE, e coordenador do Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (Gema/UFPE), integrante da coordenação da Rede Internacional de Pesquisas sobre Masculinidades.*

*Recebido em: 08/10/2023*

*Aprovado em: 04/10/2024*